

TURISMO INCLUSIVO E CARTOGRAFIA TÁTIL: ESTUDO DE CASO NAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS DE BARRA BONITA E IGARAÇU DO TIETÊ – SP

Mariane Ravagio Catelli¹

Resumo: Quando se trata do processo de inclusão, as pessoas com deficiência são relacionadas ao ambiente escolar ou ao mercado de trabalho. Logo, as barreiras ainda são existentes e graves quando consideramos o turismo e lazer dessas pessoas. O turismo é um objeto de estudo para a Geografia, além de ser um consumidor e organizador dos espaços. A captação do espaço se dá primordialmente pela visão (85%), pois é o mais abrangente e sintético. Portanto, sentiu-se a necessidade de estudar como uma pessoa com deficiência visual entende o espaço turístico de uma cidade e se a Cartografia Tátil pode contribuir para uma comunicação mais eficiente, fazendo com que o turista entenda melhor o espaço turístico e assim se sinta mais motivado a viajar e conhecer novos lugares.

Palavras-chave: turismo acessível, pessoas com deficiência visual, inclusão, acessibilidade.

INCLUSIVE TOURISM AND TACTILE CARTOGRAPHY: CASE STUDY OF BARRA BONITA AND IGARAÇU DO TIETÊ – SP TOURISTIC RESORTS

Abstract: When it comes to the process of inclusion, people with disabilities are related to the school environment or in the labor market. So, barriers still exist and are serious when we consider the leisure and tourism of these people. The perception of the space is given primarily by sight (85%), because it is the most comprehensive and synthetic sense. Therefore, we felt the need to study how the visually impaired person understands the space of a tourist town and, more specifically, how the Tactile Mapping can contribute to a more efficient communication of touristic information, so the individual can understand better the tourist space and thus feel more motivated to travel and meet new places.

Keywords: accessible tourism, visually impaired people, inclusion, accessibility.

INTRODUÇÃO

O turismo, além de possuir uma grande importância econômica para o país, faz com que a convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes seja possibilitada.

O turismo é uma das atividades econômicas que tem tido as maiores taxas mundiais de crescimento anual há várias décadas. Isto fez ampliar mercados antes inexplorados e atingir amplas camadas da população, devido às diferentes facilidades de acesso e meios de transportes, aumento de renda e ações promocionais. (BRASIL, 2009, p.9)

¹ Graduada em geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: marianecatelli@gmail.com

Existem diversas definições para designar o turismo. Muito foi debatido sobre o assunto. Nos anos 50 do século XX, o turismo era definido como a permanência mínima de 24 horas até um ano para qualquer lugar que não seja a residência habitual do viajante. Porém, a sociedade capitalista do final do século XX alterou a finalidade do turismo, que era o conhecimento genuíno de um determinado lugar e da sua gente, portanto para este trabalho optou-se pela definição de turismo como:

[...] o conjunto de atividades, originadas no movimento voluntário de pessoas, em forma temporária, fora da sua residência habitual, que, no lugar visitado, gastam recursos econômicos obtidos fora da mesma. Poderia ser sintetizado dizendo que o turismo é uma migração voluntária, temporária e condicionada economicamente (AGUIRRE et al., 2003, p. 47).

Há uma diferença entre turistas e excursionistas, classificados de acordo com a estada mínima no local. Os turistas passam a noite no local e os excursionistas retornam para a sua residência habitual. As cidades de Barra Bonita e Igarapu do Tietê – SP recebem um número maior de excursionistas, porém para essa pesquisa, optou-se por utilizar o termo turista designando as duas classes.

Por volta dos anos 80, o turismo era visto como a solução para alguns países, como o Brasil, saírem do subdesenvolvimento. Porém, na atualidade, existem estudos sobre os impactos ambientais e culturais causados por essa atividade em determinadas áreas. Por exemplo, a poluição das praias devido ao aumento da ocupação descontrolada da orla, depredação de monumentos tombados pelo patrimônio histórico provocado pelo excesso de visitantes ou uso inadequado, etc.

O turismo é um objeto de estudo para a Geografia, além de ser um consumidor e organizador dos espaços. Essa ciência começou a se atentar para a importância das atividades turísticas e de seu planejamento nas décadas de 1980 e 1990 devido ao crescimento no setor. Atualmente é o setor que mais cresce no país, gerando empregos formais e informais. Segundo o Ministério do Turismo, 7,2 milhões de brasileiros são beneficiados com o setor. Entre 2007 e 2010, o número de turistas saltou de 155,9 milhões para 186 milhões, um crescimento de 20%. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, 2,7 milhões de trabalhadores formais atuam em segmentos característicos do Turismo.

Nesse sentido é preciso entender que o turismo é, incontestavelmente, um fenômeno político, social e cultural dos mais importantes das sociedades pós-modernas. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capacidades, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar espaços diversificados. (BEZZI, 1992, p. 82)

A crescente demanda no turismo fez com que pessoas, que antes não possuíam renda suficiente para usufruir dos serviços oferecidos pelo turismo, passassem a ter a oportunidade de fazer parte dos movimentos turísticos.

Porém, ainda nos dias atuais, diversos segmentos da população brasileira consomem produtos e/ou serviços inadequados. Um desses segmentos é o das pessoas com deficiência, que devido a seu histórico de exclusão, vêm suas possibilidades limitadas por causa da falta de acessibilidade e a má qualidade na prestação de serviços.

O paradigma da inclusão social e a internacionalização do mercado turístico brasileiro fizeram com que houvesse um crescente fluxo de turistas com deficiência, que estavam conscientes de seu direito ao lazer e ao turismo. Apesar disso, a exclusão da pessoa com deficiência ainda é uma realidade presente em nosso país.

Um dos maiores e mais notáveis desafios da sociedade brasileira contemporânea tem sido o enfrentamento das questões da desigualdade e da exclusão social em um cenário democrático, que pressupõe a ampla participação do conjunto de atores sociais. (BRASIL, 2006, p.5)

A sociedade atual vem discutindo a inclusão das pessoas com deficiência na comunidade, de maneira que possam participar de todas as atividades, gozar de direitos como todas as outras pessoas, participando ativamente da vida em sociedade. Isso se aplica também às atividades turísticas, inclusive como uma forma de facilitar a socialização desse público. Para isso, adaptações e adequações são necessárias na estrutura física dos locais e em sua comunicação.

As pessoas com deficiência sempre foram marginalizadas ou excluídas da sociedade por serem “diferentes”. O processo de exclusão social perdurou até o século XX e as pessoas com deficiência eram consideradas doentes e socialmente inúteis.

O atendimento a esse público era segregado, fazendo com que surgissem institutos especializados para cada deficiência. Já no final da década de 60, a sociedade começa a reconhecer que as pessoas com deficiência possuem uma capacidade, mesmo que reduzida em comparação com o que se considera como normalidade.

No processo de integração social, criou-se um mundo parecido, porém ainda separado. Percebeu-se que a integração social não era suficiente para acabar com a discriminação devido à inserção somente das pessoas que possuíam competência perante os padrões sociais vigentes.

Com o passar do tempo, surgiu para as pessoas com deficiência uma maior necessidade de participação autônoma e efetiva da vida social, porém foi apenas na segunda

metade da década de 80 nos países desenvolvidos e no início dos anos 90 nos países subdesenvolvidos que se deu início ao movimento de inclusão social.

No processo de inclusão, a sociedade se adapta para poder incluir pessoas com necessidades especiais e estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, Portanto, é um processo bilateral, onde em parceria se busca “equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 2006, p. 40). A inclusão contribui para um novo tipo de sociedade, através de grandes e pequenas transformações nos ambientes físicos e principalmente na mentalidade das pessoas.

Quando se trata do processo de inclusão, as pessoas com deficiência são relacionadas ao ambiente escolar ou no mercado de trabalho. Logo, as barreiras ainda são existentes e graves quando consideramos o lazer e o turismo dessas pessoas.

Existem quatro tipos de barreiras que impedem que a pessoa com deficiência possa usufruir do espaço em sua totalidade: urbanística, nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações. Porém, a barreira mais grave, no Brasil, continua sendo a falta de conhecimento.

A inatividade não é uma obrigação, mas um direito. As necessidades, os desejos, os valores e os benefícios são fatores que impulsionam a pessoa a desfrutar o seu tempo livre com determinada atividade.

O lazer e o turismo são coisas diferentes: o turismo é uma forma de lazer, mas o lazer também inclui atividades secundárias, como por exemplo, assistir televisão ou ler um livro. Estudos dos anos 80 indicam que o lazer e a recreação são importantes para a reabilitação e que podem ajudar em um melhor desempenho nas áreas da saúde, resistência física, motivação e autoimagem.

Segundo Linder (1983) *apud* Aguirre et al. existe cinco diferentes tempos: tempo de trabalho, tempo de trabalho pessoal, tempo dedicado ao consumo, tempo para a cultura e tempo inativo. Somos impulsionados ao lazer devido necessidades, desejos, valores e benefícios. Além disso, há a influência de modas e tendências.

Os estabelecimentos turísticos podem ser divididos em quatro grandes grupos: de informação e comercialização, de alojamento, de restauração e de lazer e recreação.

Foi somente na década de 70 do século XX que começaram a surgir excursões turísticas organizadas para pessoas com deficiência (inicialmente às pessoas com cadeira de rodas), sendo grupos exclusivos de deficientes. A questão das viagens para as pessoas com deficiência só ganhou espaço a partir da década de 80.

Em 1996, 4,1 milhões de canadenses, 45 milhões de estadunidenses e 40 milhões de europeus possuíam algum tipo de impedimento físico. De aproximadamente 89 milhões de pessoas, 60 milhões viajavam.

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou na Universidade das Índias Ocidentais, na cidade de Cave Hill, Barbados, uma declaração que foi adotada unanimemente durante o Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência (Disabled Peoples' International – DPI).

Os Países-membros devem garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades nas atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas, etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os Países-membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos nesse sentido. As autoridades de turismo, agência de viagem, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagens devem oferecer seus serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência. Isto envolve, por exemplo, incorporar a informação sobre acessibilidade em suas informações regulares ao público (Organização das Nações Unidas, 1983, §134 apud SASSAKI, 2006, pág. 96).

No Brasil, a opressão contra as pessoas com deficiência se manifestava através da restrição de seus direitos civis. A partir do final da década de 70, surgiu o movimento das pessoas com deficiência. A partir daí, elas começaram a serem protagonistas de suas lutas e agentes da sua história, com o lema “Nada sobre Nós sem Nós”, difundido internacionalmente.

Devido a esses fatores e a grande quantidade de turistas com deficiência (em cada 2,4 viajantes, há um com deficiência), os membros da Organização Mundial do Turismo (OMT) se reuniram no dia 1º de outubro de 1999, em Santiago, Chile, onde discutiram o Código Mundial de Ética no Turismo.

Para eles, o turismo deve ser “acessível a todos no quadro do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos” (OMT, 1999, p. 2). O mesmo documento diz que o turismo para pessoas com deficiência deve ser encorajado e facilitado.

Atualmente, o que mais dificulta a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades turísticas é a acessibilidade ao meio físico e comunicacional e a qualidade na prestação de serviços.

O ambiente físico são todos os elementos construídos que cercam o ser humano. Esses elementos foram desenhados por alguém. Logo, se há barreiras para as pessoas com

deficiência, elas foram feitas pelo homem. Isso ocorreu devido à falta de preocupação com estas pessoas no passado, como descrito anteriormente.

Segundo Aguirre et al. (2003), a deficiência só se torna um problema social pois diversos fatores, inatos ou adquiridos, fazem com que algumas pessoas vejam limitadas as suas possibilidades para viver de acordo com o padrão cultural vigente.

Nesse intuito, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou a NBR 9050, de 2004: acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade” (ABNT, 2004, p. 1), visando proporcionar à maioria das pessoas a utilização autônoma e segura do ambiente. Para serem considerados acessíveis, a norma deve ser obedecida em todos os aspectos.

Define-se acessibilidade como:

[...] condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meio de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009, p. 18).

Segundo o Código Mundial de Ética do Turismo (1999), o turismo é um meio de desenvolvimento individual e coletivo, uma forma de autoeducação, tolerância mútua e aprendizagem e deve respeitar as diferenças, promover o direito dos homens, principalmente dos grupos mais vulneráveis: crianças, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas e povos autóctones. Através da colaboração entre o poder público, poder privado e universidade, o turista com deficiência possa usufruir com mais independência, autonomia e dignidade dos espaços turísticos da cidade, contribuindo verdadeiramente para que a inclusão social aconteça. A Copa do Mundo e as Olimpíadas que serão realizadas no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente, irão aumentar o fluxo de turistas no Brasil, que ainda não está preparado para receber os turistas com deficiência. A pesquisa, assim como os materiais que serão construídos, poderão contribuir com a diminuição do abismo existente entre o lazer e o turismo e as pessoas com deficiência visual.

A OMT diz que a facilitação de viagens turísticas é fundamental para qualquer política do desenvolvimento de turismo responsável e sustentável. Portanto, tornar as cidades acessíveis faz com que haja o desenvolvimento do turismo local e um maior fluxo de turistas.

O crescimento da economia brasileira está dando oportunidade para que novos brasileiros consigam realizar o sonho de viajar e conhecer novos lugares. Também ajuda o desenvolvimento local, tanto economicamente como socialmente.

DESENVOLVIMENTO

Em uma sociedade onde o visuocentrismo impera, a vida das pessoas com deficiência visual está marcada por limitações e exclusão.

Na civilização ocidental conhecer se faz com o ver, então o ver é condição para conhecer. Dessa assertiva pode-se depreender que ter uma deficiência visual implica em pertencer a uma cultura na qual o conhecer se confunde com uma forma de percepção que ele não dispõe, mas que é intensificada na sociedade contemporânea, onde tudo é pensado e produzido para ser visto” (SOUZA, 2006, p.2 apud SENA, 2008 p.66).

Entende-se que o grupo de pessoas com deficiência visual se divide em dois: cegos e baixa-visão. Nos cegos, a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Já a pessoa com baixa-visão possui uma acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

De acordo com David et. al. (2010), a deficiência visual não é apenas um problema de ordem biológica, pois diversos fatores sociais, históricos e culturais devem ser considerados para seu amplo entendimento. Portanto, a deficiência visual deve ser entendida a partir do contexto que está inserida.

São poucos os lugares onde encontramos a informação além da forma visual, mas também nas formas auditiva e/ou tátil. Os espaços, estabelecimentos e pontos turísticos são fundamentalmente visuais e a pessoa com deficiência visual é a que fica mais prejudicada quando falamos em turismo e lazer.

O estudo de caso se dá nas estâncias turísticas de Barra Bonita e Igarapu do Tietê, localizadas no centro-oeste do estado de São Paulo. As cidades recebem em torno de 15 a 20 mil turistas/mês. Porém, ainda não são cidades preparadas para receber turistas com deficiência. Não há dados sobre a quantidade de turistas com deficiência que visitam as cidades, mas segundo Janaína Nees Cescato, curadora do Museu Histórico Municipal, eles visitam as cidades, porém continuam encontrando os mesmos obstáculos, muitas vezes tornando a viagem em algo frustrante.

As estâncias turísticas surgiram no Brasil no século passado, pois acompanharam uma tendência europeia de culto ao corpo e à saúde, desenvolvendo-se a partir da primeira

guerra mundial, estimulando a elite a procurar os atrativos locais. O próprio termo “estância” está fortemente associado à situação daquela época, como indicativo de um local de permanência, parada, pouso ou estação com o propósito de desfrutar dos recursos naturais, especialmente a água e o clima para o restabelecimento da saúde.

Segundo Beni (2007) cluster é definido como “o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, eficiência coletiva, coesão social e política, articulação da cadeia produtiva e cultura.” (p.156).

A seguir, os esquemas feitos sobre o cluster das cidades:

Figura 1. Cluster das cidades de Barra Bonita e Igarapu do Tietê

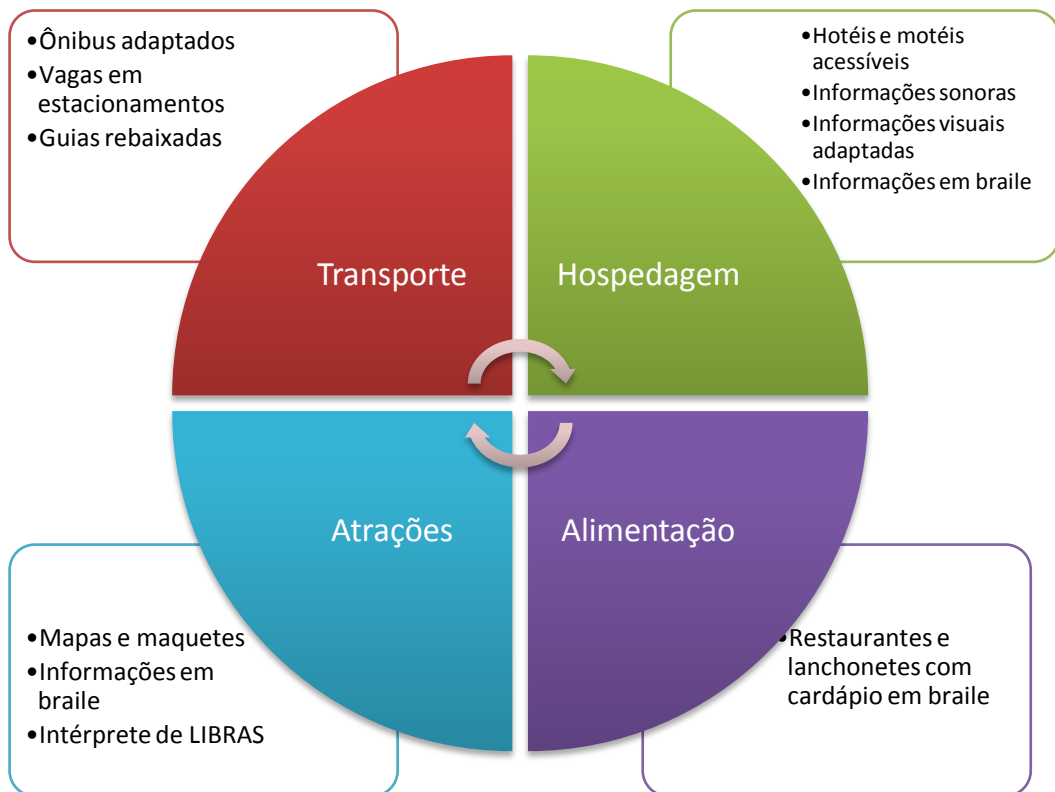


Fonte: Elaborado por CATELLI, 2013.

Para que a viagem ocorra de uma forma efetiva e satisfatória, a infraestrutura dos transportes, das hospedagens, das atrações turísticas e dos locais de alimentação. Estes fatores estão interligados, portanto, se um deles não for satisfatório para o turista, sua viagem será frustrante.

Partindo desse pressuposto, elaborou-se um esquema do que seria necessário para uma viagem satisfatória para os turistas com deficiência nas duas cidades. Os turistas com deficiência possuem algumas necessidades específicas, detalhadas no esquema a seguir:

Figura 2. Cluster das cidades de barra bonita e igaraçu do tietê para turistas com deficiência

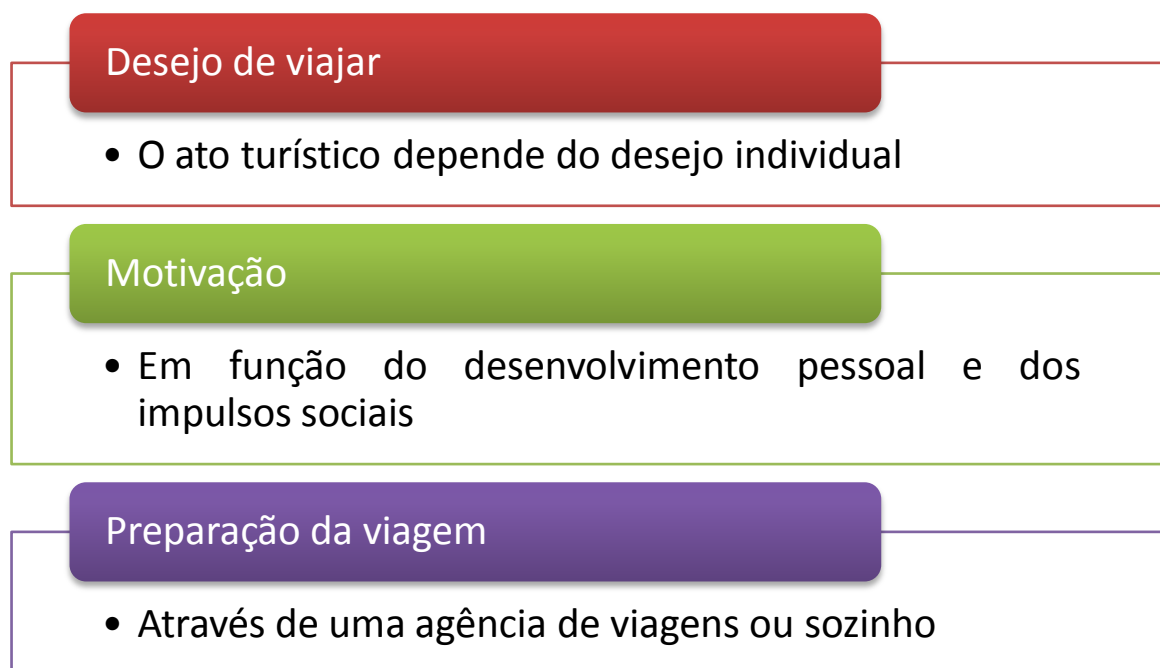


Fonte: Elaborado por CATELLI, 2013.

Devido as suas necessidades específicas, para que a viagem das pessoas com deficiência seja satisfatória, é necessário que todos os fatores para a acessibilidade sejam considerados, inclusive o treinamento tanto dos guias acompanhantes como dos receptivos, além de atendentes, prestadores de serviços diretamente relacionados à atividade turística entre outros.

Toda viagem passa pelos seguintes processos:

Figura 3. Etapas do processo de uma viagem



Fonte: Elaborado por CATELLI, 2013.

O ato turístico acontece a partir do desejo individual, considerando os valores e as motivações que são únicos de cada um. Já as motivações turísticas podem ser divididas em dois grupos: em função do desenvolvimento pessoal e dos impulsos sociais. Segundo Garde (1985) *apud* Aguirre et al. (2003), as motivações turísticas em função do desenvolvimento pessoal são: as necessidades fisiológicas ou vitais; as necessidades de segurança – risco; as necessidades de estima e notoriedade e os desejos de autorrealização. Já as motivações turísticas em função de impulsos sociais são: impulso de afiliação, impulso aquisitivo, desejos de emancipação, desejos de evasão e impulso de curiosidade.

Após isso, há a preparação da viagem, que pode ser feita através de uma agência de viagens ou pelo próprio turista.

É importante destacar que estão surgindo no Brasil, agências de viagens que preparam roteiros para as pessoas com deficiência, procurando atrativos ou hotéis adaptados para as suas necessidades.

O Museu Histórico Municipal da Estância Turística de Barra Bonita, conta com dois pavimentos. Porém para ir ao pavimento superior, o único acesso se dá através de uma escada. Segundo Janaína Nees Cescato, curadora do museu, pessoas com diferentes tipos de deficiência visitam o museu, porém continuam encontrando as mesmas dificuldades na questão da acessibilidade.

CONCLUSÃO

A infraestrutura dos lugares e o serviço de apoio (como bancos e serviços de saúde emergencial, posto policial, etc.) são essenciais para uma viagem. Em todos esses lugares, necessitamos de um pessoal capacitado para atender as pessoas com os diferentes tipos de deficiência.

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios.” (BENI, 2004, p. 37).

Para o turista com deficiência, a acessibilidade é um fator importante no processo de decisão sobre uma viagem, portanto, o turista escolherá o destino que está mais adequado para as suas necessidades específicas. Com isso, algumas cidades mais adaptadas recebem um fluxo maior de turistas.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas que serão realizadas no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente, irão aumentar o fluxo de turistas no Brasil, que ainda não se mostra totalmente preparado para receber esses turistas. Através da colaboração entre o poder público, poder privado e universidade, o turista com deficiência possa usufruir com mais independência, autonomia e dignidade dos espaços turísticos da cidade, contribuindo verdadeiramente para que a inclusão social aconteça.

Todas as pessoas têm o dever de ter lazer e turismo, mas as pessoas com deficiência são muitas vezes impedidas pelo fato de não possuir uma infraestrutura adequada às suas necessidades e profissionais capacitados para atender essas pessoas, como é o caso das duas cidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, R. S. et al. **Recreação e turismo para todos**. 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- ALMEIDA, Regina Araújo de. **Roteiros turísticos para pessoas com necessidades especiais**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, Regina Araújo. **A cartografia tátil no ensino de Geografia: teoria e prática**. In: ALMEIDA, Rosângela Doin. *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007.

ABNT. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2004.

BENI, M.C. **Análise estrutural do Turismo.** 10ª ed.- São Paulo: Senac, 2004.

BEZZI, M. L.; MARAFON, G. **Manual didático sobre a evolução do pensamento geográfico.** Santa Maria. UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 1992.

BRASIL. **Turismo e acessibilidade:** manual de orientações. Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível:** Introdução a uma Viagem de Inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 48 p.

ALMEIDA, A. R.; GUERRERO, A. L. e FIORI, S.R. **Geografia e Cartografia para o Turismo,** IAP/MTUR – IPSIS, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://caminhosdofuturo.com.br> acessado em agosto de 2011

CARMO, W. R.. **Cartografia tátil escolar:** experiências com a Construção de materiais didáticos e com a Formação continuada de professores. 2009. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. SP.

COSTA, G. R. V., LIMA, N. M. de e MAIOR, I. M. M. de L. **Acessibilidade no Brasil:** uma visão histórica. 2005.

CUSTÓDIO, Vagner. **Caminhada de pessoas com deficiência visual em áreas naturais:** um estudo com o auxílio do GPS (sistema de posicionamento global). 2009. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DUQUE, Renato Câmara e MENDES, Catarina Lutero. **O planejamento turístico e Cartografia.** 1. ed. Campinas: Alínea, 2006.

FIORI, Sérgio Ricardo. **Mapas para o turismo e interatividade:** proposta teórica e prática. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

KASTRUP, Virginia. MORAES, Márcia [org.]. **Exercícios de ver e não ver.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2010

OMT (Organização Mundial do Turismo). **Código Mundial de Ética do Turismo.** Santiago do Chile, 1999. Disponível em: www.uff.br/entretre/index_files/codigo_de_etica_mundial.doc Última acesso em: 26/02/2011

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** In: http://200.238.92.118/uploads/zEEORSTek4xJeWR9XnLw/9H3ICd6NYXHKTBY7N9MdK/terminologia1pra_imprensa.pdf Último acesso em: 14/12/2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** In: portal.mj.gov.br/.../Como%20chamar%20as%20pessoas%20que%20têm%20deficiência.doc Último acesso em: 15/12/2010

SENA, Carla Cristina Reinaldo Gimenes. **Cartografia tátil no ensino de Geografia: uma proposta metodológica de desenvolvimento e associação de recursos didáticos adaptados a pessoa com deficiência visual.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VASCONCELLOS, Regina Araújo Almeida. **A cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa.** Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1993.

VENTORINI, Sílvia Elena. **A experiência como fator determinante na representação espacial da pessoa com deficiência visual.** 1. ed. São Paulo: Unesp, 2009.